



**ARQUIVO EM
PERSPECTIVA** v.1, n.1

Revista do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

**ARQUIVO EM
PERSPECTIVA**

Revista do Arquivo Central da
Universidade Federal de Santa Catarina

v.1, n.1

ARQUIVO EM PERSPECTIVA

Revista do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina

Volume 1, número 1 - 2023

Publicação Anual

Endereço

Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Reitor João David Ferreira Lima
Setor F – Córrego Grande - Florianópolis
Santa Catarina - Brasil - CEP: 88040-900

Contato

arquivocentral@ufsc.br

Redes Sociais

 [Instagram](#)

 [YouTube](#)

Os trabalhos assinados são de responsabilidade dos autores e não expressam necessariamente a opinião da Equipe Editorial da Revista Arquivo em Perspectiva ou da UFSC.

ARQUIVO EM PERSPECTIVA

Revista do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina

Volume 1, número 1 - 2023

Publicação Anual

Editor-chefe

Ana Paula Alves Sores

Editores-adjuntos

Bianca Ferreira Hernandez

Luize Daiane dos Santos Ziegelmann

Revisão de Texto

Ana Paula Alves Soares

Bianca Ferreira Hernandez

Luize Daiane dos Santos Ziegelmann

Jeovana Diomar Pinheiro Januário

Capa e layout

Bianca Ferreira Hernandez

Apoio editorial

Jeovana Diomar Pinheiro Januário

Prezado(a) Leitor(a),

O Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado na década de 1980, tem sido guardião da memória da universidade e da comunidade, de modo a garantir que os documentos de valor histórico e cultural sejam preservados para as gerações futuras. Ao longo de três décadas, o Arquivo tem expandido seus serviços para atender às necessidades de acesso da gestão universitária e a uma diversidade de pesquisas com diferentes finalidades. O Arquivo também promove conscientização sobre a importância da gestão e preservação das informações na UFSC, atuando como órgão normatizador e definidor de políticas institucionais de informação.

No ano em que o Arquivo Central da UFSC completa 35 anos lançamos a primeira edição da revista Arquivo em Perspectiva. Seu objetivo é divulgar o acervo sob custódia do Arquivo Central, dar visibilidade aos serviços que este oferece, além de compartilhar as pesquisas realizadas nas fontes documentais e as diferentes experiências no Arquivo com práticas arquivísticas, realização de estágios, reflexões surgidas na prática arquivística, vivências como usuário e/ou colaborador, entre outros.

Para esta primeira edição foram convidados a partilhar suas impressões seis autores que participaram da trajetória do Arquivo Central, a quem a equipe editorial agradece pelo aceite e parceria.

A 1ª Edição da revista serve não apenas como registro dos trabalhos desenvolvidos no Arquivo Central; trata-se de um resgate histórico que celebra os avanços e conquistas alcançadas durante toda a trajetória percorrida até aqui.

Desejamos uma proveitosa Leitura!

EQUIPE EDITORIAL



CULTURAL

QUEM SOU EU?
Ezmir Dippe Elias

11

UFSC, ASSINA UFSC, ARQUIVOLOGIA, ARQUIVO
CENTRAL E MEMÓRIA SOCIAL: OS CAMINHOS
DE UM SERVIDOR DA UFSC QUE DECIDIU SE
TORNAR ARQUIVISTA
André Pavanatti

31

COMUNICAÇÕES

ARQUIVO CENTRAL DA UFSC: CUSTÓDIA DA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL
Ezmir Dippe Elias

13

TREZE (ANTI)TESES SOBRE ARQUIVO, FONTES
E PESQUISA
George Fredman Santos Oliveira

35

ARQUIVO CENTRAL DA UFSC: COMO LOCAL
PARA PRÁTICA DO ENSINO
Luciane Paula Vital

19

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS: CAMINHOS
PARA A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA
DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho

41

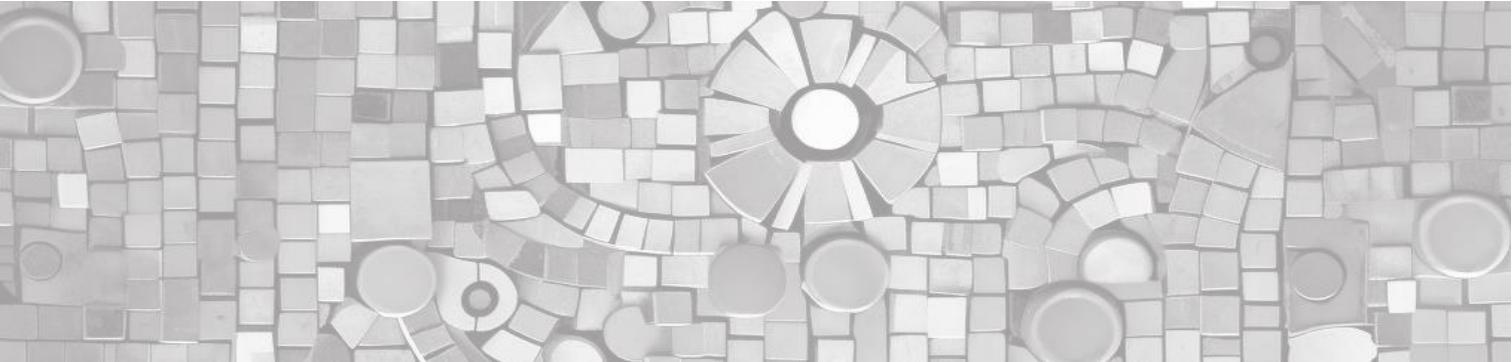
CURSO DE DIREITO RUMO AO CENTENÁRIO
(1932- 2032): ACERVO RECOLHIDO AO
ARQUIVO CENTRAL
José Isaac Pilati

25

AGRADECIMENTOS

54





QUEM SOU EU?

Ezmir Dippe Elias*

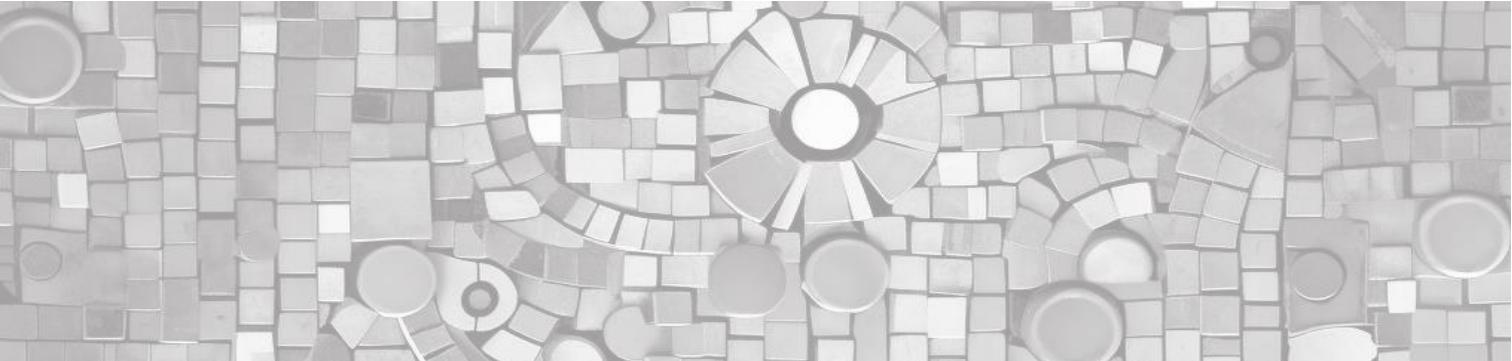
Deixe-me existir um pouco mais, muitos
Outros querem descobrir fatos,
Coisas, ideias, informações...
Um mundo novo pode começar
Mas, caso você não me preserve
Essa descoberta se perderá
Nenhum outro poderá me substituir
Teimo em ser único.....porém verdadeiro,
Orgânico e íntegro.

Assim, para
Recuperar a preciosidade
Que existe em mim, a
Única solução é me tratar adequadamente
Investindo em ações e fazendo
Valer a legislação vigente
Indeferindo qualquer transgressão que
Supostamente possa comprometer a
Temporalidade que de fato e de direito é
Imposta a todos respeitar e
Conscientizando a importância que carrego entrelinhas
Ontem, hoje e amanhã.

Poema acróstico declamado pela autora no Sarau Literário por ocasião dos 30 anos do Arquivo Central /UFSC, em novembro de 2018.

*Ezmir Dippe Elias atuou como servidora no Arquivo Central da UFSC de 1999 a 2022, sendo gestora do setor de 2001 a 2022.





ARQUIVO CENTRAL DA UFSC: CUSTÓDIA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Ezmir Dippe Elias*

1 INTRODUÇÃO

A preocupação em preservar o acervo documental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) surge após 20 anos de sua fundação. Várias propostas foram apresentadas à administração central, mas somente em 1988 foi criada a Divisão de Arquivo Central da UFSC. O destino da documentação arquivística institucional estava sendo construído por muitas mãos, em forma de projetos, grupos de trabalho e comissões desde 1980. Todas as iniciativas visavam a garantia da preservação da documentação arquivística produzida e recebida pela UFSC em prol da memória institucional.

Cabe ressaltar que a trajetória do Arquivo Central da UFSC está representada em uma linha do tempo construída durante uma longa caminhada e com a participação de muitos servidores da UFSC, que se envolveram, dedicaram e empreenderam esforços que contribuíram com avanços significativos para a consolidação da unidade de informação na instituição. Desta forma, o compromisso de realizar uma adequada gestão de documentos que garanta a preservação e o acesso a esses, o apoio para a realização das funções administrativas da UFSC e, especialmente, a constituição do patrimônio documental institucional, ficou assegurado com o ato de criação da Divisão de Arquivo Central, em 1988.

Neste contexto, o presente relato objetiva apresentar o Arquivo Central e o histórico da trajetória de sua construção, de forma cronológica, desde 1980. Outras iniciativas que consolidaram a institucionalização do arquivo e favoreceram, sob outros aspectos, a memória institucional, também serão elencadas.

* Ezmir Dippe Elias atuou como servidora no Arquivo Central da UFSC de 1999 a 2022, sendo gestora do setor de 2001 a 2022.

2 O ARQUIVO CENTRAL

O Arquivo Central da UFSC constitui-se em arquivo universitário público e, como tal, atua há 34 anos na gestão documental, garantindo a preservação e o acesso ao patrimônio documental institucional.

De acordo com Carpes e Flores (2013, p. 13)

Os arquivos das universidades têm sob sua guarda documentos essenciais criados no decorrer das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses documentos são testemunho da memória da instituição, podendo ser fonte de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores, entre outros. Neste sentido, o arquivo universitário é um custodiador da memória institucional, pois preserva o patrimônio documental da universidade.

A custódia e preservação do acervo produzido e recebido pelas unidades administrativas e acadêmicas, assim como as unidades já extintas, é de responsabilidade do Arquivo Central.

Sua missão institucional é

Promover a gestão, preservação e custódia do acervo documental por meio da elaboração de normas e procedimentos com o fim de garantir o acesso à informação e difusão da memória institucional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (CARC, 2020, n.p).

O Arquivo Central apresenta melhorias contínuas estruturais, técnicas e aprimoramento profissional, sem esquecer de seu papel social, oportunizando a prática do ensino, da pesquisa e da extensão à comunidade universitária e aos cidadãos interessados.

2.1 HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO

A importância de apresentar em contexto cronológico a trajetória de construção pela qual passou o Arquivo Central desde o início da década de 1980, é um alerta a todos os profissionais da informação, de que o caminho para preservar, proteger e disponibilizar as informações contidas nos documentos arquivísticos necessita de pessoas perseverantes, determinadas e de trabalho em equipe, sem nunca perderem a esperança de que a possibilidade de consolidação de um arquivo enquanto instituição é sempre possível.

2.2 INICIATIVAS ANTERIORES A 1988

O destino da documentação arquivística produzida e recebida pela UFSC passou a fazer parte do cotidiano de algumas pessoas que se mostraram preocupadas e acabaram por apresentar iniciativas, em forma de projetos, que visavam a melhoria da gestão e a garantia da preservação da documentação arquivística institucional.

As iniciativas serão apresentadas brevemente no intuito de cumprir com o caráter cronológico pretendido no relato e oferecer uma visão ampla das etapas que construíram a trajetória desta unidade de informação.

Serão destacadas também as iniciativas após a consolidação do arquivo, visando sempre a melhoria contínua, eficácia e eficiência da unidade.

2.2.1 Ata de Reunião do Colegiado do Departamento de Biblioteconomia e Documentação (BDC): criação do Grupo de Estudo para elaborar projeto de criação do Arquivo Inativo da UFSC - 1980;

2.2.2 Resultado do Grupo de Estudos do BDC à administração da UFSC - 1980;

2.2.3 Projeto: “Memória da Universidade” - 1981;

2.2.4 Projeto: “Arquivo de Custódia” - 1982;

2.2.5 Projeto: “Sistema de Arquivo e Controle de Documentos para a Universidade Federal de Santa Catarina” - 1988.

2.3 INICIATIVAS POSTERIORES A 1988

A melhoria contínua, eficácia e eficiência dos serviços oferecidos estão representadas nas ações a seguir elencadas, demonstrando que os servidores atuantes na unidade de informação permaneceram, após 1988, em esforço contínuo, que resultou no reconhecimento e autonomia com a criação da Coordenadoria de Arquivo Central (CARC) em 2013.

2.3.1 Projeto: “Ampliação e Reestruturação da Divisão do Arquivo Central e Expedição” - 1993;

2.3.2 Projeto: “Ampliação e Reestruturação do Arquivo Central da UFSC” - 1993;

2.3.3 Parecer Técnico do Arquivo Central da UFSC: 1998;

2.3.4 Projeto: “Ampliação do Arquivo Central da UFSC” - 1999;

2.3.5 Parecer Técnico apresenta o posicionamento frente à nova nomenclatura da divisão a que pertencia o Arquivo Central da UFSC: um arquivo com sua própria Divisão, garantindo sua autonomia - 2001;

2.3.6 Ofício nº 01/AC/2005: reestruturação e garantia de autonomia - 2005;

2.3.7 Reuniões com a Administração Central: solicitação de inclusão de vagas para o profissional arquivista nos concursos públicos realizados na UFSC - anteriores a 2008;

2.3.8 Concurso Público na UFSC: com previsão de 9 vagas para arquivista - 2008;

2.3.9 Ofício 01/DARC/2012: reestruturação da Divisão de Arquivo Central, expandindo a mesma com os Serviços de Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente - 2012;

2.3.10 Em 31.10.2013: a autonomia fica consolidada por meio da criação da Coordenadoria de Arquivo Central (CARC), a qual se mantém até os dias atuais;

2.3.11 Concurso Público na UFSC: 2016;

2.3.12 Ofício 03/CARC/PROAD: alteração do organograma da CARC, incluindo o Serviço de Arquivo Permanente - 2018;

As ações de várias décadas geraram resultados importantes e significativos para a unidade de informação, alguns com merecido destaque, tal como o projeto de 1988, que teve outro desdobramento - a criação da primeira Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo da UFSC. O propósito e o empenho bem definidos de um profissional da informação viabilizaram junto à administração central ações como: reestruturação, autonomia, criação de uma coordenadoria própria, inclusão do profissional arquivista, ampliação de área física, aquisição de equipamentos e maior visibilidade do Arquivo Central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disrupção de paradigmas e a visão renovada de arquivo traz junto conceitos atualizados, dando espaço para as unidades de informação se apresentarem em sua versão essencial, sem deixar dúvidas quanto à importância frente à sociedade, à democracia, à ética, ao respeito, à inclusão, à transparência administrativa e à isonomia.

A melhoria contínua, a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos por estas unidades de informação podem e devem acontecer nas instituições. Falamos sobre conceitos e conteúdos e sobre vivenciar e testemunhar essas transformações.

Contudo, o enfoque deste relato não foi somente alertar aos profissionais da informação sobre a importância de nunca desistirem, mas também, representar cronologicamente a construção da trajetória pela qual passou o Arquivo Central da UFSC, com mudanças administrativas e físicas significativas.

Por fim, destacam-se todos os envolvidos que atuaram fortemente na consolidação deste arquivo, deixando um legado aos profissionais atuais, além do incentivo de continuarem buscando pela qualidade dos serviços prestados e culminando com o aumento da eficiência do Arquivo Central da UFSC. A garantia de sucesso da equipe, o ambiente colaborativo e humanizado são alguns fatores que comprovadamente estão assegurados no cotidiano do arquivo.

A comemoração é compartilhada por todos: profissionais da informação, servidores, usuários e administração central.

REFERÊNCIAS

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. **O arquivo universitário e a memória da universidade**. Inf. & Soc., João Pessoa, v.23, n.3, p. 13-22, set./dez. 2013.

COORDENADORIA DO ARQUIVO CENTRAL (Florianópolis). **Institucional: Missão. Visão. Valores**. 2020. Disponível em: <https://arquivocentral.ufsc.br/arquivo-central/>. Acesso em: 10 maio 2023.

COORDENADORIA DO ARQUIVO CENTRAL (Florianópolis). **Atribuições**. 2020. Disponível em: <https://arquivocentral.ufsc.br/atribuicoes-coordenadoria-de-arquivo-central/>. Acesso em: 10 maio 2023.

ELIAS, Ezmir Dippe. Três décadas de gestão e preservação da memória institucional. In: **30 Anos do Arquivo Central da UFSC**, Florianópolis, 2018.

ELIAS, Ezmir Dippe et al. Arquivo permanente: a memória institucional da UFSC. **Ágora**, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 93-109, 2011.

ELIAS, Ezmir Dippe; SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz. Aplicação da arquivometria no arquivo central da Universidade Federal de Santa Catarina. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 234-254, 2015.

ELIAS, Ezmir Dippe; SOARES, Ana Paula Alves; ZIEGELMANN, Luize Daiane dos Santos. O arquivo central da UFSC durante COVID-19. **Ágora**, Florianópolis, v. 30, n. 61, p. 802-810, 2020.



ARQUIVO CENTRAL DA UFSC COMO LOCAL DE PRÁTICA DE ENSINO

Luciane Paula Vital*

O Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem sido um laboratório de práticas desde o início do curso de Arquivologia, em 2010. O profissional arquivista, de acordo com as diretrizes curriculares do Ministério da Educação (BRASIL, MEC, 2001), deve “estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos [...]”. Dessa forma, as atividades práticas desenvolvidas no Arquivo Central auxiliam o curso a cumprir com excelência seus objetivos na formação de arquivistas.

Os processos de Representação da Informação e do Conhecimento são considerados fundamentais como meios para acesso aos recursos de informação, proporcionam a criação de descrições de objetos informacionais para fins de recuperação. Especificamente, o desenvolvimento de modelos e metodologias de organização e representação da informação implica em maior qualidade na recuperação da informação.

A descrição arquivística é uma atividade de representação da informação que tem como objetivo, em última instância, a recuperação dos documentos ou das informações contidas neles, além de fornecer uma visão geral dos documentos e conjuntos documentais existentes. Para que a representação seja desenvolvida de forma a viabilizar uma recuperação eficiente e eficaz, o conhecimento do contexto de produção, assim como dos elementos que compõem o documento e/ou conjunto documental, é fundamental. Partindo do desenvolvimento da descrição, é possível o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa que auxiliam o usuário a localizar ou descobrir informações e documentos que são pertinentes aos seus interesses.

* Luciane Paula Vital é docente na Universidade Federal de Santa Catarina e ministra aulas na graduação e pós-graduação dos cursos do Departamento de Ciência da Informação (UFSC).

Na grade curricular do curso de Arquivologia da UFSC, a disciplina obrigatória “Descrição Arquivística” está inserida na 6ª fase e tem como objetivo fazer com que os estudantes sejam capazes de dominar as bases teóricas e metodológicas dessa função, assim como, sua prática. Para atender a esse objetivo, as atividades realizadas no Arquivo Central são fundamentais, pois além de fornecerem o espaço de prática, dão aos estudantes a dimensão do fazer arquivístico relacionado à descrição. Os estudantes quando realizam a atividade prática de descrição arquivística no Arquivo Central encontram um local em que podem trabalhar com uma documentação real, acessada por usuários que farão uso das descrições realizadas.

A UFSC antes de assim ser nomeada, era composta por faculdades autônomas em áreas do conhecimento como Economia, Farmácia, Direito e Filosofia. Por meio da Lei Nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade de Santa Catarina, e a Faculdade de Ciências Econômicas veio a compor como unidade titular. Nessa nova configuração, os documentos produzidos até então por essas faculdades autônomas constituem hoje os fundos fechados do Arquivo Central. No período que antecedeu a criação da Universidade de Santa Catarina, atual UFSC, as estruturas administrativas nas quais essas faculdades se vinculavam eram de entidades privadas, o que deu lugar a uma nova organização administrativa na estrutura pública. O Fundo Fechado da Faculdade de Ciências Econômicas é no qual os estudantes têm trabalhado nas práticas da disciplina de Descrição Arquivística durante os semestres 2022.2 e 2023.1. A construção dessa prática requer que seja feito um estudo do contexto de criação deste fundo documental, para isso, são consultadas fontes de informação internas e externas ao Arquivo Central. A história da universidade, registrada em livros, artigos e notícias, é estudada e compreendida para que a documentação seja descrita de forma coerente.

Tanto o conhecimento registrado em documentos bibliográficos quanto a documentação produzida e custodiada nos fundos fechados fornecem elementos para a compreensão do contexto de produção documental e da pertinência do uso na atualidade. O Arquivo Central produz e disponibiliza instrumentos de pesquisa que também auxiliam nesse entendimento, a exemplo podemos citar o Catálogo do Fundo Faculdade de Ciências Econômicas (UNIVERSIDADE..., 2022). Com o estudo deste catálogo os estudantes compreendem o contexto histórico da criação, funcionamento e finalização das atividades administrativas da referida Faculdade. E com esse subsídio é possível a análise, compreensão e representação das informações dos documentos desse fundo.

A atividade prática inicia com uma visita técnica ao Arquivo Central, Figura 1, em que a equipe do arquivo apresenta o setor, objetivos, organização e a documentação custodiada. Esse é o primeiro contato dos estudantes com a documentação que será descrita e é um momento de aproximação com a realidade e necessidades do arquivo em relação às atividades práticas a serem desenvolvidas.

Figura 1 Visita técnica



Fonte : Da autora (2022)

O estudo da bibliografia, da documentação técnica e a visita preparam a base para o desenvolvimento de descrições pertinentes e conectadas com o contexto de uso da documentação. Em um segundo momento os estudantes têm acesso aos documentos que serão descritos e para isso alguns cuidados são necessários por se tratarem de documentos históricos, como o uso de luvas, máscara e o cuidado no manuseio. Cada estudante recebe um tipo documental previamente estabelecido pela docente da disciplina em conjunto com a equipe do arquivo e será responsável pelo desenvolvimento da descrição. Pela impossibilidade do uso de computadores nesse espaço, as descrições são realizadas em formulários que são digitados no formato .doc para serem enviados ao arquivo e inseridos no *software* ATOM. A expectativa é que no futuro possamos realizá-las diretamente no *software*, após análise da docente, para serem consultados pelos usuários de forma célere.

O Arquivo Central disponibiliza uma sala para as práticas, possibilitando que a documentação permaneça no arquivo, Figura 2, e a interação dos estudantes com o arquivo. Na análise da documentação são feitas descobertas a respeito do funcionamento dessas faculdades, como o fato de que os docentes eram responsáveis por todo o processo de gestão da faculdade, didática, administrativa e financeira, compra de materiais até o registro das avaliações e notas dos estudantes em cadernos próprios. Além do acesso a registros da formação dos primeiros profissionais da área da economia e contábil do Estado de Santa Catarina.

Figura 2 Espaço físico



Fonte : Da autora (2022)

Considera-se que essa interação apresenta muitos pontos positivos a todos os envolvidos, estudantes, equipe do arquivo e sociedade. O desenvolvimento de descrições de itens documentais nem sempre é uma realidade nos arquivos brasileiros pela falta de profissionais e tempo que a atividade demanda. Assim, o desenvolvimento dessas descrições faz com que, aos poucos, o arquivo possa disponibilizar à sociedade possibilidades de recuperação da informação com maior precisão e qualidade. E assim compartilhar a história da UFSC e da educação superior no Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Dana Corrêa. (orgs.) **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010. 480 p.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. Arquivo Central. **Catálogo do fundo da Faculdade de Ciências Econômicas**. UFSC: Arquivo Central, 2022. Disponível em: <https://arquivocentral.ufsc.br/instrumentos-de-pesquisa/>





CURSO DE DIREITO RUMO AO CENTENÁRIO (1932-2032): ACERVO RECOLHIDO AO ARQUIVO CENTRAL

José Isaac Pilati*

Em novembro do ano de 2023, a Coordenadoria do Arquivo Central (CARC/PROAD) comemorará 35 anos de profícua atuação em prol da memória da nossa instituição. Para marcar a data, lança a primeira edição da Revista do Arquivo Central, com a intenção de abrir espaços para compartilhamento de relatos, de experiências e de impressões sobre o uso das fontes, sobre os serviços oferecidos, e as respectivas parcerias. Em função disso, o Centro de Ciências Jurídicas da UFSC recebeu honroso convite para dar um testemunho sobre a história da antiga Faculdade de Direito, de onde provém, assim como dos preparativos para o Centenário e o resgate de documentos encaminhados a CARC/PROAD.

De fato, a Direção do CCJ tem encaminhado preciosas pastas de documentos ao Arquivo Central, como por exemplo, as pastas que contêm a documentação de antigos certames dos professores catedráticos nos longevos tempos. Em 13 de setembro de 2022 foi encaminhado o livro de registro de notas do Curso de Graduação, relativo ao período 1932-1934, em que se obtém informações sobre o quadro de professores, as disciplinas, os alunos e as notas. O Livro necessitava de cuidados, cujas providências técnicas foram imediatamente tomadas.

No início de outubro de 2022, a Unidade encaminhou para o Arquivo um acervo de 1.259 fotografias, referentes ao período 1932-1977; foram todas digitalizadas, categorizadas e repassadas à Agência de Comunicação (AGECOM) da UFSC. O material será objeto de exposição no ano em que o Programa de Pós-graduação em Direito completa 50 anos de existência. No momento, está sendo levantado e organizado o acervo de atas, como também os livros de registro de diplomas, processos de seleção de professores, de seleção de mestrandos e doutorandos. A documentação registra fatos, locais, sedes e prédios, professores, servidores TAES, discentes, formaturas, concursos, assembleias, ambientes de sala de aula, bibliotecas, cenas quotidianas, enfim um século de história.

* José Isaac Pilati é docente na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e ex-Diretor do Centro de Ciências Jurídicas na mesma universidade.

Figura 1 Recolhimento de Documentos da Faculdade de Direito ao Arquivo Central (2022)



Fonte : Do autor (2022)

O Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) iniciou como Faculdade de Direito de Santa Catarina, fundada por José Arthur Boiteux no dia 11 de fevereiro de 1932 (Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital, livro nº 5, fls. 8 e 9, em 15 de abril de 1932). Foi instalada na Av. Felipe Schmidt, nº 02 (hoje nº 14), pavimento superior. Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho foi o primeiro Diretor, em mandato concluído pelo Vice-Diretor Henrique da Silva Fontes. Os alunos fundaram o Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF) em 02 de setembro de 1932 e em 1934 a sede foi transferida para a Rua Esteves Júnior, nº 11, onde se formou a primeira turma, em 1937. O reconhecimento definitivo, nos termos do Decreto n.º 20.334 do Governo Federal, ocorreu em 07 de janeiro de 1946.

Em 1973 o Curso de Graduação foi dividido em três departamentos: Direito Público e Ciência Política (DPC), Direito Privado e Social (DPS) e Processo e Prática Forense (DPP), ligados ao Centro Sócio-Econômico; e criado o Curso de Pós Graduação em Direito, nível de Mestrado, Áreas de Concentração em Instituições Jurídico-Políticas e em Relações Internacionais (Portaria n. 116/GR, de 29 de junho de 1973). O então CPGD (Curso de Pós-Graduação em Direito) iniciou as atividades em 1º de outubro do mesmo ano de 1973, no prédio do Centro Sócio-Econômico, Rua Almirante Alvim, em Florianópolis, sendo seu primeiro Coordenador o Professor Acácio Garibaldi San Thiago. Foi credenciado em 1978, e no recredenciamento de 1984 houve o acréscimo da Área de Concentração em Filosofia e Teoria do Direito. Atualmente o PPGD possui três áreas de concentração: Direito, Estado e Sociedade; Teoria e História do Direito e Direito Internacional e Sustentabilidade. Em 1980 houve a mudança para a cidade universitária sonhada pelo ex-Diretor Henrique da Silva Fontes, desde a década de cinquenta.

Em 1980 foi também lançado o primeiro número da Revista Sequência, importante instrumento da Pós-Graduação, hoje indexada na Plataforma Cielo, a ostentar a qualificação máxima, Qualis-A1, com inserção internacional. Em 1984, o alto conceito do Curso e da Revista desaguou na criação do Doutorado em Direito, tendo como área de Concentração Direito, Política e Sociedade.

Em 1986, o Curso readquiriu a sua autonomia no seio da Universidade, ao transformar-se no atual Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), mantidos, inicialmente, os mesmos três Departamentos; a conquista foi o resultado de um movimento nacional iniciado no Encontro de Faculdades de Direito, realizado em 1983 no Ceará. O primeiro Diretor foi o Professor Hélio Barreto dos Santos.

Em janeiro de 1997 o Centro passou a dispor de prédio próprio no Campus Universitário. No mês de julho do mesmo ano de 1997 houve a fusão dos três departamentos em um único, denominado Departamento de Direito (DIR).

Antes disso, em 09 de julho de 1993, o Curso de Direito, em ação de vanguarda na prática jurídica, instalou, em prédio anexo às suas dependências, o Fórum da UFSC, em convênio entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Em 11 de fevereiro de 1999 inaugurou-se o novo prédio construído pelo TJSC para sede do Fórum Regional do Norte da Ilha, denominado José Arthur Boiteux.

Outro passo importante foi a criação do Mestrado Profissional em Direito (Área de Concentração: Direito e Acesso à Justiça), em Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. O projeto foi submetido à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no ano de 2014, sendo Presidente do Tribunal de Justiça o Desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins e Diretor do Centro de Ciências Jurídicas Luiz Carlos Cancellier de Olivo.

Em 2017 foi concretizado o projeto de ter a Biblioteca Jurídica como setorial da Biblioteca Universitária da UFSC. Hoje os alunos e professores desfrutam de acervo virtual e físico de obras jurídicas de qualidade; como dispõem, também, de espaço confortável para leitura, pesquisa e estudos nas dependências da Biblioteca capitaneada por profissional competente e experiente, a bibliotecária Sigrid Weiss. No mesmo ano de 2017 foram iniciados os trabalhos de resgate histórico da instituição Rumo ao Centenário 1932-2032, mediante Comissão designada pelo Gabinete do Reitor, sob a Presidência do Diretor José Isaac Pilati. Na mesma época, o Centro fomentou e participou da criação da Alumni'32, instituição que congrega os egressos do Curso.

Em agosto de 2019, fruto do esforço de preparação do Centenário, foi criado o Boletim Informativo do CCJ, cujos números estão disponíveis no site da Unidade. É um boletim mensal do Curso, registrando as principais atividades e acontecimentos de interesse do órgão, assim como o resgate de acervo fotográfico, discursos e documentos.

Hoje, o Curso de Direito ocupa os Blocos E e F do Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, nos quais se acomodam, além das salas de aula de graduação e Pós-Graduação, espaços de administração e salas de professores, o Laboratório de Informática – Linjur, equipado para alunos, estagiários e atendimento de equipe técnica e professores; o Núcleo de Prática Jurídica, com atendimento ao público realizado por professores, servidores técnico administrativos e alunos; auditório para 150 pessoas; a Biblioteca Jurídica como setorial da Biblioteca Central; a Fundação José Arthur Boiteux; o Grupo Especial de Treinamento-PET, a Empresa Junior Locus Juris, a Atlética Direito UFSC e o Centro Acadêmico XI de Fevereiro.

A Biblioteca Setorial chama-se Dr. Osni de Medeiros Régis. Com a política de centralização, o acervo da Faculdade de Direito foi transferido para a Biblioteca Central - BC. Com a criação do Curso de Pós-Graduação em Direito, iniciou-se a formação de uma estante bibliográfica nas dependências do curso, a fim de atender os alunos de pós-graduação. Em 1997, quando o Centro de Ciências Jurídicas inaugurou novo bloco, foi destinado um espaço para abrigar a estante bibliográfica. O incremento de sua proporção demandou informatização, pelo qual o acervo foi catalogado no Sistema Biblioshop e depois no Sistema Pergamum. Em agosto de 2016 teve início o projeto de qualificação da Biblioteca Dr. Osni de Medeiros Régis como Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas, sendo designada a bibliotecária Sigrid Karin Weiss Dutra, seguindo a política e as normativas da Biblioteca Central.

O Curso de Graduação em Direito oferece 180 vagas anuais, divididas em quatro turmas de 45 alunos, duas de Cursos noturnos e duas de diurnos, com entradas em março e agosto. O Projeto Pedagógico do Curso inclui, tradicionalmente, uma forte base humanista, procurando aliar à necessária formação teórica, a dogmática e a prática, em ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento social, à inserção internacional, à base de estímulo à cidadania consciente e participativa. Até hoje, desde 1937, o Curso formou e diplomou mais de 7.500 Bacharéis, ao passo que o Mestrado Acadêmico aprovou cerca de 1.300 Dissertações de Mestrado e em torno de 350 Teses de Doutorado. No momento o Sigpex registra 32 projetos de pesquisa ativos, alguns abrangendo mais de um professor.

O Curso de Direito foi um dos mais importantes na criação da Universidade Federal de Santa Catarina, destacando-se aí João David Ferreira Lima, Diretor da Faculdade à época e primeiro Reitor; Henrique da Silva Fontes, ex-Diretor e principal nome na aquisição da área onde hoje está o campus universitário. O Curso que já teve diversos Professores à testa da Reitoria, como Ernani Bayer, Rodolfo Pinto da Luz (por três mandatos), Luiz Carlos Cancellier de Olivo e Ubaldo Cesar Balthazar.

O Curso de Direito da UFSC tem egressos da mais alta expressão no país e nos tribunais, como Lênio Streck, Clemerson Clève, Tarso Genro, Leonel Severo da Rocha, Paulo Gallotti, Jorge Mussi, Hélio Mosimann, Antônio Carlos Wolkmer, Vera Regina Pereira de Andrade, para mencionar alguns, apenas, sem falar nos grandes nomes das diversas áreas, como a política. Vale constar que dos vinte e nove Presidentes da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina vinte mais recentes são egressos do Curso. Na Galeria de Professores Eméritos da UFSC figuram diversos nomes que integraram o corpo docente do Centro de Ciências Jurídicas.

Com histórico de forte atuação extensionista, o Curso congrega diversos projetos notáveis nas áreas de: Direitos Humanos; Mediação; Direitos das Crianças e Adolescentes; Direito Ambiental e Direito Romano, dentre outros. Essa vocação extensionista vem a se constituir importante fundamento para a curricularização da extensão, na esteira da legislação de regência do ensino superior.

No que se refere às atividades de pesquisa é de se salientar o elevado número de professores envolvidos, inclusive com o apoio do CNPq e de outros órgãos de fomento. Também nesse item destaca-se a existência do Programa Especial de Treinamento (PET), apoiado pela SESu/MEC, além do elevado número de alunos envolvidos em iniciação científica, mediante pesquisas coordenadas por docentes do Departamento de Direito, entre voluntários e beneficiários de bolsas do programa PIBIC/CNPq.

Dentre as atividades de prática jurídica destaca-se o trabalho desenvolvido pelo NPJ-EMAJ, prestando assistência jurídica ampla à comunidade carente, assim como a praxe da extensão em eventos abertos à comunidade e aos diversos cursos de graduação, pós-graduação em nível de especialização, além da presença constante do corpo docente do Departamento de Direito em eventos científicos nacionais e internacionais, como painelistas e conferencistas e como consultores *ad hoc* do CNPq, da CAPES, da SESU/MEC e da CEJ/OAB. Também tem sido constante, nos últimos anos, a presença de seus professores na Comissão de Especialistas do Exame Nacional de Cursos e na Comissão de Especialistas da SESU/MEC.

O atual contingente humano do CCJ é composto de mais de 1.000 alunos de graduação, mais de 230 alunos de pós-graduação *stricto sensu* (116 de mestrado e 95 de doutorado), 63 professores efetivos, 20 servidores técnico-administrativos, além de alunos bolsistas e monitores. Do corpo docente efetivo, os professores possuem titulação de doutor, com exceção de três docentes. Saliente-se, ainda, que dos 63 professores do corpo efetivo, 41 estão em regime de Dedicção Exclusiva, 15 em 40 horas e 08 em regime de 20 horas.

O Projeto Pedagógico do Curso - PPC é fruto de um trabalho iniciado em 2015, sob a presidência do Professor Humberto Pereira Vecchio frente ao Núcleo Docente Estruturante - NDE, passando a seguir, sob a presidência do Professor Clarindo Epaminondas de Sá Neto, para e concluir, com nova composição, sob a presidência do Professor André Lipp Pinto Basto Lupi. O Curso se prepara para iniciar a implantação da Curricularização da Extensão na UFSC, juntamente com outros três unidades pioneiras, os Centros de: Desporto, Saúde Ciências Jurídicas e Campus de Curitibanos. Superada a pandemia de Coronavírus, e encerradas as eleições presidenciais de 2022, a história prosseguia perante novos desafios para a Educação e a Ciência Jurídica.



UFSC, ASSINA UFSC, ARQUIVOLOGIA, ARQUIVO CENTRAL E MEMÓRIA SOCIAL: OS CAMINHOS DE UM SERVIDOR DA UFSC QUE DECIDIU SE TORNAR ARQUIVISTA

André Pavanati*

Tornar-me servidor da UFSC foi um objetivo não muito fácil a ser alcançado. Algumas noites de sono perdidas, investindo no custo de oportunidade, fariam com que eu obtivesse sucesso nesse objetivo. Com a conquista do tão sonhado cargo público e entrada em efetivo exercício, novos desafios começaram.

Ao iniciar um novo trabalho, um novo mundo também teve início. Isso porque foi um momento de novos experimentos, descobertas e sensações, ou seja, novas formas de executar uma determinada atividade profissional, utilizando novas ferramentas que até então eram desconhecidas. Além disso, novas interações sociais e culturais começaram a influenciar os pensamentos e as ações, até mesmo as competências profissionais.

Ao pensar na aprendizagem humana, é possível entender que o homem já possui outros conhecimentos, oriundos de outras interações sociais e que desenvolveu outras competências. Isso porque, indo ao encontro do pensamento de Vygotsky, o homem é social e não pode ser compreendido de forma isolada, ou seja, fora do espaço social.

Com base no que foi argumentado anteriormente, entendo que os conhecimentos profissionais, prévios à UFSC e oriundos da interação social, fizeram com que, ao entrar no ambiente universitário, algumas ideias fossem surgindo. Isso porque possuo formação técnica em Telecomunicações e de alguma forma sempre fui ligado em áreas relativas à tecnologia. Mesmo que tenha feito, alguns anos depois, uma graduação em Relações Internacionais, acredito que a minha vocação sempre tenha sido voltada à área tecnológica.

* André Pavanati é servidor na Coordenadoria de Certificação Digital da Universidade Federal de Santa Catarina, Arquivista formado pela UFSC e realizou estágio obrigatório no Arquivo Central da UFSC em 2022.

Dessa forma, com o passar do tempo de trabalho na UFSC, percebi que, pouco antes de ingressar como servidor, houve um grande movimento chamado “UFSC Sem Papel”, em que um sistema de protocolo foi adquirido pela universidade e os processos, físicos ou digitais, poderiam tramitar digitalmente. Tinha como objetivo central a redução da produção de papel. Com o passar do tempo, percebeu-se que o consumo de papel não reduziu conforme o esperado. Isso porque os usuários, ao fazer a inserção de uma peça ao processo digital, elaboravam uma minuta, imprimiam o documento e coletavam a assinatura física de quem tinha os poderes para manifestação da vontade ali expressa. Em seguida, digitalizavam o documento e inseriam a cópia digital no sistema. Ao me deparar com essa realidade, senti-me um tanto quanto incomodado. Isso porque já possuía conhecimentos sobre a certificação digital e a assinatura digital, pois havia trabalhado com isso antes de entrar na UFSC. Além disso, o sistema utilizado na universidade dava suporte para assinar digitalmente documentos, o que aumentava ainda mais a minha inquietação.

Passados alguns anos e com a vontade de mudar algumas coisas que considerava não serem ideais dentro da universidade, entrei para o Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, a nível de mestrado profissional, com o objetivo de propor uma melhoria no que dizia respeito aos documentos físicos e digitais na UFSC. No meio do curso, acabei modificando a ideia e abordei a gestão da segurança da informação do acervo acadêmico como proposta à digitalização de documentos de que tratava a portaria nº315/2018 do MEC. Após a conclusão do mestrado, a preocupação ficou constante e a inquietação só aumentava em relação ao desenvolvimento de uma solução para dar garantias aos documentos digitais ou digitalizados. Foi aí que, em conversa com o Coordenador da Coordenadoria de Certificação Digital à época, Fernando Lauro Pereira, Professor Jean Everson Martina do Laboratório de Segurança em Computação e Giovani Pieri, Roque Bezerra e Luís Cordeiro, da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação, tiveram início as conversas para o desenvolvimento de uma solução que conferisse segurança para os documentos nato-digitais ou digitalizados na UFSC. Dessa forma, em setembro de 2019, foi colocado em produção o serviço de assinatura digital de documentos chamado Assina UFSC.

Contudo, antes da disseminação do serviço, impulsionado pela pandemia da Covid-19, surgiu uma grande preocupação em relação à produção dessas informações: a gestão arquivística e a preservação de documentos de guarda permanente. Com isso, retornei à graduação, no curso de Arquivologia da UFSC, para poder entender os fundamentos da Arquivologia, de forma que o tratamento correto fosse destinado aos documentos nato-digitais ou digitalizados que iriam ser produzidos, ou seja, uma grande preocupação com os registros e a memória institucional e social.

No decorrer da graduação em Arquivologia, tomei consciência da importância da produção e da gestão documental no processo arquivístico, seja na recuperação da informação, seja na sua destinação. Com isso, a visão do que é informação e do que é um documento de arquivo se modificou completamente em mim. Isso porque tudo o que é produzido e registrado, traz em si seus valores administrativos ou administrativos e históricos, ou os valores imediatos e mediatos. Com isso, foi possível visualizar, com uma lente de aumento, a necessidade e a urgência do correto tratamento aos documentos de arquivo, além dos profissionais arquivistas, que são qualificados para esse fim.

De posse de todos os conhecimentos, conceitos filosóficos e definições que envolvem a arquivologia, chegou o momento de realizar o estágio curricular do curso, etapa essa de grande importância para a formação profissional, pois é o momento de convergência entre teoria e prática. Tive o prazer de desenvolver as atividades do meu estágio na Coordenadoria do Arquivo Central da UFSC (CARC), onde fui assistido pela arquivista Luize Ziegelmann.

Figura 1 Camila Lemkuhl (Orientadora), André Pavanati e Luize Ziegelmann (Arquivista Supervisora) durante o estágio curricular obrigatório (2022)



Fonte: Ana Paula Alves Soares (2022)

Nas atividades do estágio tive que, como tarefa, tratar algumas classes documentais de um subfundo da antiga Faculdade de Farmácia e Bioquímica. Nessas atividades, passei desde o diagnóstico, higienização e intervenção para minimizar ações de degradação documental, além de classificar os documentos de acordo com o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade das Atividades-Meio do Poder Executivo Federal e das Atividades-Fim das IFES, fazer a troca de capas e proceder com a descrição do subfundo e dos arquivos. Essas atividades foram essenciais para mostrar a prática e as atividades inerentes ao profissional arquivista.

Como o contato que tive foi de um conjunto documental cuja abrangência está situada entre os anos de 1940 até o fim dos anos de 1970, foi impossível não comparar os costumes e o modo de fazer daquela época, com base nos registros que estavam disponíveis, com a forma que fazemos hoje. Foi possível identificar que a existência de determinados documentos que eram exigidos dos alunos, automaticamente eram excludentes com determinada população que almejava cursar uma faculdade. Esses documentos de guarda permanente, os quais tive contato na CARC, remontaram a história de uma universidade que não era para todos, mas sim para poucos. Mostrou, também, que com o passar dos anos a consciência social, assim como acontece com a ciência, foi se ampliando, tornando a UFSC mais humana e mais próxima da sociedade.

Posso dizer, com grande entusiasmo, que a CARC é detentora de uma memória institucional e social de grande valor. É com essa memória que podemos entender que a UFSC é uma universidade que teve origem, no campus Trindade, com a doação da Fazenda Assis Brasil ao poder público, com a finalidade de criar um campus integrado no Estado de Santa Catarina. É por meio da CARC que podemos entender toda a trajetória das faculdades independentes que deram origem à essa universidade que preza tanto pelo ensino, pesquisa e extensão à sociedade e traz tanta contribuição científica. É por meio da CARC que podemos visualizar o ciclo de desenvolvimento que a universidade promove na sociedade e de como a sociedade retroalimenta a UFSC, desenvolvendo, despertando a curiosidade e o interesse dos alunos e da população, seja ela a nível estadual, nacional ou internacional.

Por fim, entendo que a CARC tem papel fundamental, pois garante que os registros, que remontam a história da UFSC, estejam devidamente preservados, dando condições para que pesquisas sejam feitas, ou seja, promovendo a difusão e acesso das informações custodiadas aos cidadãos. Além disso, tem grande importância nas políticas arquivísticas da UFSC, buscando sempre melhorar processos e auxiliar em planejamentos e estratégias de modernização da gestão e preservação documental.



TREZE ANTÍ(TESES) SOBRE ARQUIVO, FONTES E PESQUISA

George Fredman Santos Oliveira*

O texto a seguir não se pretende um texto acadêmico ou um tratado sobre os conceitos do título. Trata-se de um texto livre que busca interagir com o tempo presente a partir de uma leitura a contrapelo dessa realidade histórica a que chamamos de arquivo, e sua potencialidade para despertar as fontes de pesquisa nas mãos do leitor-pesquisador. Não procuro estabelecer uma verdade, mas compartilhar uma percepção, uma sensibilidade particular em relação ao compromisso do arquivo – como um *a priori* histórico na concepção de Foucault - e das fontes com a tradição republicana no compromisso com a transparência e a correspondência da produção das fontes com a realidade social de um dado tempo no debate público.

1 O arquivo é uma “tradição inventada”

Como diria Hobsbawm (1997), uma tradição inventada “implica uma continuidade (artificial – no sentido de artifício, indústria) com o passado”. Uma colmeia de abelhas, por exemplo, não é um arquivo, embora a metáfora possa ser aplicada e desdobrada em técnica e intencionalidade, o arquivo não é um produto da natureza, o arquivo não é necessário. O arquivo surge como um fenômeno histórico, e como fenômeno histórico deve ser encarado, fora do reino da necessidade, dentro do reino da produção histórica.

2 O arquivo liga o estado presente de coisas ao passado (não) lido de coisas

O arquivo propicia a leitura no presente de coisas que foram (não) lidas no passado; o passado que se localiza no arquivo é o presente violado pelo tempo; presente não se concilia com presente, pois seria a morte da dialética, o passado relido se liga ao estado presente de coisas.

* George Fredman Santos Oliveira é arquivista na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e foi arquivista no Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina de 2016 a 2019.

3 O arquivo não é feito de fontes, alguma fonte repousa em algum arquivo.

Apenas o leitor do presente desperta as fontes no arquivo; sem sua contraparte, o leitor, a fonte não é dada à luz. “E o leito onde ela se recolheu? Não haveria entre suas folhas algumas cujo texto indizível se eleve, apenas como olhar ou hálito, dos traços mudos e estremecidos?” (BENJAMIN, 1987), Walter Benjamin, a respeito do arquivo de Goethe.

4 O arquivo de nada serve, o arquivo serve para infinitos usos.

Esta (anti)tese se complementa à (anti)tese nº 1; o arquivo de nada serve por não ser necessário, não ser um elemento inexorável da natureza. O arquivo serve para infinitos usos, todo e qualquer propósito cabe no arquivo, todo e qualquer fim pode ser realizado pelo arquivo: libertar e prender, esconder e revelar, imobilizar e realizar, conservar e subverter, silenciar e ressoar, condenar e perdoar.

5 Se o arquivo serve a infinitos usos, é a política dos usos que vivifica o arquivo.

A política dos usos é a política da ação, a ação revela o ator, o agente. A política dos usos não se confunde com o uso da política ou o uso político do arquivo, mas por meio dela (a política dos usos) é possível conhecer um uso da política ou um uso político do arquivo.

6 O arquivo moderno é herdeiro da revolução burguesa.

O Arquivo Nacional da França nasce junto com a ideia da renovação do regime republicano burguês, civil, estatal, laico, enciclopedista, iluminista, anticlerical e antimonárquico. O arquivo burguês fora um ideal de revolucionários.

7 O arquivo revolucionário burguês é o tutor da gênese atávica entre a origem e o fim republicano no Ocidente.

Como diria Walter Benjamin (1940) “A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta”, o arquivo moderno é o cartório dessa certidão de (re)nascimento.

8 Uma fonte cita outra.

Ainda no espírito benjaminiano, quando afirma que uma revolução cita outra, afirmamos que uma fonte cita outra, fontes levam a outras fontes. Dirá Benjamin que a história é um “tempo saturado de agoras”, direi eu que as fontes são saturadas de fontes, que fazem explodir o “continuum da história” (BENJAMIN, 1940).

9 “Nos documentos reina inteiramente a matéria” (BENJAMIN, 1928).

Documentos de cultura o são apesar da forma, a forma não sustenta a matéria, a forma se decompõe com a matéria. A matéria liga o primitivo ao documento, como “uma luta pelas coisas duras e materiais, sem as quais não podem existir as requintadas e espirituais” (BENJAMIN, 1940), “na materialidade, todos os documentos se comunicam” (BENJAMIN, 1987).

10 A (anti)tese número 9 implica na aniquilação do arquivo, e sua conversão em restos, escombros.

A aniquilação do arquivo burguês, por sua vez, é a aniquilação da versão histórica do indivíduo burguês. A decomposição da matéria arquivada impõe a tarefa ao presente atual, a *agoridade*¹, recompor das sobras o “continuum da história” numa leitura a contrapelo.

11 A ironia do arquivo/documento/monumento se manifesta quando sua materialidade se perfaz em contra-prova.

O sigilo é aversão ao público, a guarda é aversão ao estranhamento, a ordem é aversão ao emancipado, o autocrata é aversão à res publica. Quando o arquivo não denuncia, é cúmplice do sigilo. O idealismo revolucionário abandona o reino da liberdade hegeliana e se hipostasia como facies hipocrática das democracias liberais do século XXI, “quem não é capaz de tomar partido tem de calar-se” (BENJAMIN, 1987).

12 O arquivo se pronuncia como técnico-social.

Como técnica, se impõe como regra (nomos) que delimita (alguma) a prática-acontecimento discursivo (FOUCAULT, 2008), no interior da dispersão das práticas o arquivo-técnica gere as regras das continuidades e dessemelhanças sociais, os *clusters* e os distanciamentos classificatórios.

¹Recomposição do passado: porém não segundo os sucessivos quadros epocais, que a recapitulação das etapas da consciência estética permitia, da maneira a mais “objetiva” possível, perfilar no eixo diacrônico; mas sim enquanto tentativa de suscitar uma “imagem dialética” (W. Benjamin), capaz de recuperar, para utilidade imediata de um fazer poético situado na “agoridade”, o momento de ruptura em que um determinado presente (o nosso) se reinventa ao se reconhecer na eleição de um determinado passado. Descoberta (invenção) de um partícipio passado que comensure ao nosso partícipio presente. (CAMPOS, 1997, p. 249)

13 “Treize – j’eus un plaisir cruel de m’arreter sur ce nombre” (PROUST apud BENJAMIN, 1928)

A última (antí)tese é uma citação de uma citação feita por Walter Benjamin em 1928 no seu livro *Rua de Mão Única*. É atípico concluir uma enumeração de (antí)teses com uma citação crua de outro autor, mais atípico ainda é que esta citação seja a citação de uma citação. Isto, talvez porque em 2022 vivamos tempos atípicos, e como fora dito anteriormente: uma fonte cita outra.

Pensar o arquivo, as fontes e a pesquisa, a esta altura significa retomar esta tríade como o ato revolucionário primordial do qual o arquivo moderno nasce, para se concluir em sua aniquilação, mas veja, a aniquilação de sua dimensão de técnico-social-burguesa, a que decreta o sigilo das fontes.

Uma técnica-social a contrapelo na qual a pesquisa toma partido, anti-tética, anti-nômica, na contramão do sentido único, nas junções dialéticas: onde a contradição social aparece. Apropriando-se das políticas dos usos para desencobrir os usos políticos e o uso da política contra a violência do autocrata.

E visível a inspiração benjaminiana das treze (antí)teses, quase um “copia e cola” feito por este autor; algo de proposital, algo de providencial. Enxergar o arquivo como uma tradição inventada o coloca no seu lugar de historicidade e artefato social, desencantado e apto a posicioná-lo nas práticas sociais produtoras de discursos. A escolha de Benjamin reflete, a meu ver, essa orientação: a autoridade da prática discursiva é conquistada nas lutas imanentes do presente ao qual o pesquisador pertence, por isto se afasta das associações automáticas dos números mágicos das escrituras (10 mandamentos, 12 apóstolos ou 12 tribos de Israel), o presente confere o significado, o sentido aos símbolos que emerge nas lutas do presente, no momento do perigo:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. (BENJAMIN, 1940)

O momento do perigo, por fim, impele a refletir sobre os usos políticos, e o uso da política que na política dos usos lançam mão da violência e da desinformação para contaminar o debate público com mentira, ódio e discriminação; a técnica-social do arquivo, das fontes por meio do trabalho da pesquisa se insere nessa junção dialética, trata-se de um imperativo ético, despertar as fontes para que se conectem com as lutas do presente.

REFERÊNCIAS

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**. 1940. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/benjamin/1940/mes/90.htm> Acesso em; 14 out. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única** (Obras Escolhidas II). (Trad. Rubens Rodrigues T. Filho, José Carlos M. Barbosa) São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CAMPOS, Haroldo de. **Poesia e modernidade**: da morte do verso à constelação. O poema pós-utópico. In: CAMPOS, Haroldo de. **O arco-íris branco**. São Paulo: Imago, 1997. p. 243-270.





AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS: CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho*

1 INTRODUÇÃO

Para a efetiva instituição de um arquivo, faz-se necessário compreender onde se quer chegar e a quem ele servirá; e, com esses objetivos definidos, estabelecer normas, funções e serviços. Essas são tarefas do profissional arquivista; quando bem executadas, o funcionamento da gestão de documentos mostra-se proveitoso para a instituição, para o arquivista e principalmente para os usuários. A sociedade brasileira necessita compreender a relevância do desenvolvimento de ações, as quais permitam trazer qualidade e garantir segurança no tratamento dado às informações arquivísticas nas instituições públicas e privadas.

A preservação e conservação documental, se forem bem aplicadas, vão garantir eficiência no funcionamento desta instituição, tornando possíveis o acesso e recuperação da informação preservada. No Arquivo Central da UFSC (AC/UFSC), a quem compete tratar a documentação arquivística produzida na Universidade, essa eficácia deve ser otimizada. Estas ações têm adquirido espaço de análise e discussão entre os arquivistas e professores do curso de Arquivologia que fazem as suas práticas arquivísticas no AC/UFSC.

* Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho é docente da Universidade Federal de Santa Catarina, e ministra aulas na graduação e pós-graduação dos cursos do Departamento de Ciência da Informação (UFSC).

No AC/UFSC, as práticas arquivísticas com os alunos de graduação favorecem o desenvolvimento das atividades cotidianas do Arquivo, uma vez que são utilizados documentos históricos como, por exemplo, do Fundo da Faculdade de Direito. Salienta Bahia (1994) que a Faculdade de Direito foi fundada em 11 de fevereiro de 1932. Para o corpo docente da Faculdade de Direito foram convidados os seguintes bacharéis: Tavares Sobrinho, Sálvio Gonzaga, Heráclito Ribeiro, Urbano Salles, Gil Costa e José Boiteux, e Drs. Adalberto Ramos, Henrique Fontes, Nereu Ramos, Alfredo von Trompowsky, Affonso Wanderley Junior, Edumundo Moreira e Pedro de Moura Ferro. O corpo docente foi formado por bacharéis da mais alta competência, e com este prestígio se iniciaram as aulas no dia 3 de maio de 1932.

O Professor João David Ferreira Lima, Diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina, foi o combatente da empreitada cívica em prol do ensino em Santa Catarina que foi a criação da Universidade Federal de Santa Catarina. Em 18 de dezembro de 1960, a Lei n. 3.849, federalizava a Universidade do Rio Grande do Norte (art. 1º) e criava também a Universidade Federal de Santa Catarina (art.2º). A universidade catarinense incorporava a Faculdade de Direito, de Medicina, de Farmácia, de Odontologia, de Filosofia, de Ciências Econômicas, de Engenharia Industrial e de Serviço Social (como agregada), existentes na capital do estado. O Decreto n.50.580, de 12 de maio de 1961, aprovou o Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina e sua implantação ocorreu em 12 de março de 1962. A Faculdade de Direito continuou funcionando no mesmo prédio da rua Esteves Júnior n.11, em que funciona o Colégio Estadual Henrique Stodiek.

A adaptação da estrutura administrativa e didática da Universidade Federal de Santa Catarina com a Reforma Universitária (lei 5.540, de 28 de novembro de 1968), imposta pelo Governo Federal, resultou na junção de várias faculdades, passando a de Direito a integrar o Centro Socioeconômico. No início de 1980, o Centro Socioeconômico passou a ocupar o espaço físico da Trindade, assim, todos os seus setores estavam unificados.

Diante deste cenário, o curso de Direito, que em 2032 fará 100 anos, vem preparando a documentação, provocando reflexões sobre o acervo histórico e cultural, e, mais especificamente, sobre o processo de conservação, preservação e salvaguarda de bens culturais, considerados como suportes da memória. O AC/UFSC, por sua vez, tem sido espaço de análise e discussão com os alunos do Curso de Arquivologia desde 2010, com suas práticas arquivísticas. Estamos neste semestre 2023/1 aplicando a teoria à prática de conservação e preservação documental sobre os documentos do curso de Direito.

Pretende-se refletir neste artigo sobre os conceitos e normas fundamentais e os instrumentos arquivísticos em que se articulam as ações sobre preservação e conservação documental. A prevenção e o combate a micro-organismos, insetos e roedores é de relevância para evitar a destruição dos acervos nos diferentes suportes.

2 MICRO-ORGANISMOS E INSETOS

Para o desenvolvimento desta seção, tomou-se como chave conceitual de análise a proposição dos micro-organismos e insetos, que destacam a emergência dos nossos problemas em país tropical. As principais instituições do país atuam fortemente na conservação e preservação das suas obras e documentos. Entre elas são: Biblioteca Nacional – RJ; Arquivo Nacional (AN/RJ), a Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ); Arquivo Público do Estado de São Paulo. Observamos a colaboração ativa desses órgãos na conservação, editoração e tradução de livros e manuais sobre o tema, além da realização de oficinas e cursos sobre preservação e conservação de obras (SPINELLI JUNIOR, 1997; CASSARES, 2000; OGDEN; GARLICK, 2001; COSTA, 2003).

O elemento principal no combate aos insetos rasteiros, principalmente baratas, é o estabelecimento de um adequado programa de limpeza. O ideal é concentrar, em local específico, a guarda e o consumo de alimentos, com atenção especial quanto a infestações. Recomenda-se, ainda, o controle de temperatura e da umidade relativa do ar, além de fumigações trimestrais com inseticidas específicos dissolvidos em água, autorizados pelos órgãos de controle do meio ambiente. Os produtos, manejados dentro das normas de segurança, devem ser aplicados sobre os pisos, rodapés e acessos de esgoto, evitando-se o contato com documentos.

Com relação à prevenção contra cupins, recomenda-se que os edifícios dos arquivos sejam construídos sobre colunas de cimento para evitar o excesso de umidade, diminuindo a possibilidade de infestações, como está o AC/UFSC. Lembre-se que existem espécies de cupins que vivem dentro da madeira e espécies que vivem no solo ou em locais úmidos.

As janelas precisam estar protegidas por telas, restringindo o uso de elementos de madeira. Quando isto não for possível, é essencial o tratamento prévio por imersão com inseticidas.

Paredes, rodapés, pisos e tetos necessitam de inspeção trimestral para detectar eventuais infestações. Em madeiras infestadas por insetos, notam-se pequenas perfurações que liberam grãos semelhantes à areia e emitem um som oco ao serem batidos.

A metodologia de aplicação de substâncias químicas inseticidas deverá atender às características de profundidade e volume da infestação. A escolha e a concentração dos inseticidas específicos devem seguir as recomendações regulamentadas pelos órgãos regionais de defesa do meio ambiente. Os focos e as galerias aparentes são, por outro lado, fáceis de controlar, removendo e recolhendo-se criteriosamente todo o material para local aberto e exposto ao sol.

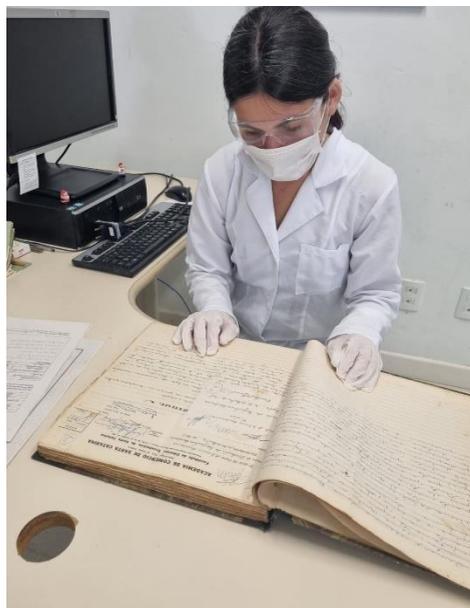
Existem outras formas de eliminação de insetos e micro-organismos, para as quais é aconselhável que sejam contratadas empresas especializadas que poderão orientar no uso dos equipamentos e inseticidas. O manuseio de produtos químicos e a operação dos equipamentos representam sérios riscos quando não observadas as recomendações de segurança, devendo os operadores usarem proteções adequadas (máscaras, luvas, toucas, guarda-pó e óculos).

Para garantir a eficiência desses tratamentos, é imprescindível garantir a limpeza periódica do acervo, além da higienização do piso, do mobiliário e dos depósitos, com produtos germicidas, observando-se a adequação climática e as formas de armazenamento, que no AC/UFSC as estantes são deslizantes.

Além de conhecer sobre micro-organismos, insetos que atacam os materiais bibliográficos, dos diferentes métodos de preservação e combate, muito ainda há de ser pesquisado, especialmente no Brasil, que é um país continental.

Uma ressalva consiste em manter os ambientes seguros para evitar a entrada de animais como aranhas, cobras e escorpiões nas instalações nos arquivos e dos ambientes de apoio, como: banheiros, lavabo, despensas etc. Destacamos também no arquivo o uso de telas de proteção nas janelas para evitar os mosquitos e, conseqüentemente, doenças como *Chikungunya*, Dengue e Zika.

Figuras 1 e 2 Alunos do curso de graduação em Arquivologia nas práticas da disciplina CIN7616 (Preservação e Conservação de Documentos), em 2022/2, no Arquivo Central (2022)



Fonte: Da autora (2022)

3 ROEDORES

Como prevenção contra a invasão dos roedores, é preciso manter todas as dependências do edifício limpas e livre de resíduos alimentares. No seu extermínio, podem-se empregar métodos tradicionais, como ratoeiras e gaiolas, ou raticidas químicos, devendo-se observar os métodos de aplicação e procedimentos de segurança regulamentados por legislação específica.

4 ROTINAS DE RESTAURAÇÃO

A conservação e a restauração visam a salvaguardar o que consideramos bens culturais, que são produtos de nossa cultura (o pensamento, o sentimento e a ação do homem). Esses bens formam o patrimônio histórico e artístico, ou seja, nosso patrimônio cultural. Mesmo mantendo todos os cuidados, não estamos livres de ver nossos ambientes e acervos destruídos e prejudicados por fatores ambientais e de uso constante. Precisamos, então, conhecer formas de recuperá-los, prolongando sua vida útil e economizando recursos na compra de novos materiais. A seguir, serão apresentadas algumas formas de restaurar os documentos. Vamos por etapas: Primeiramente, vamos fazer a limpeza, cuja garantia permite a eliminação de diferentes fatores que podem levar à destruição do acervo.

5 LIMPEZA

O método simples de limpeza é a remoção do pó e demais sujidades a seco. Remove-se o pó das lombadas e partes externas de livros com aspirador, e, para a limpeza das folhas, utiliza-se trinchas, escovas macias e flanelas de algodão, de acordo com a resistência do material. Corpo estranhos mais resistentes podem ser removidos com um pequeno bisturi sem corte. Destaque-se a relevância de sempre usar os equipamentos de proteção (guarda-pó, óculos, luvas e toucas etc.).

A limpeza mais eficiente e sem riscos pode ser feita com o pó de borracha, que é preparado facilmente com um ralador. Não é aconselhável a borracha de látex por deixar resíduos indesejáveis sobre os papéis. O tipo adequado de borracha é a sintética branca. Deve-se aplicar o pó em pequenas quantidades, fazendo suaves movimentos circulares sobre as superfícies desejadas, removendo-se com um pincel. Em seguida, pode-se repor outras porções limpas, até o ponto em que elas não fiquem mais sujas. Os resíduos da borracha devem ser totalmente retirados ao final da operação.

Durante a limpeza, sempre que possível, removem-se objetos danosos aos documentos como: prendedores metálicos, etiquetas, fitas adesivas, papéis e cartões ácidos, substituindo-os, quando necessário, por outros materiais inofensivos. Materiais que necessitem de tratamento especial de conservação, como mapas e gráficos de grande formato, além de fotografias, podem ser retirados, limpos e tratados convenientemente para depois serem guardados em outro local mais adequado, devendo-se ter o cuidado de referenciar de onde foram retirados, indicando sua nova localização.

A área para a limpeza necessita ser arejada, bem iluminada e limpa diariamente com um microbicida no solo e no mobiliário. Os aspiradores de pó podem ser adaptados aos móveis, de maneira a reduzir o nível de ruído e ao mesmo tempo serem acessíveis e funcionais no trabalho.

O ideal é manter lixeiras externas ao ambiente do arquivo para que as pessoas não entrem com comidas, bebidas e materiais inadequados ao manuseio de livros, revistas e computadores a serem usados no ambiente do arquivo.

Figura 3 Alunos do curso de graduação em Arquivologia nas práticas da disciplina CIN7616 (Preservação e Conservação de Documentos), em 2022/2, no Arquivo Central (2022)



Fonte: Da autora (2022)

6 PEQUENOS REPAROS

Os rasgos, que põem em risco a integridade do documento, necessitam ser reparados com materiais duráveis e reversíveis, sempre precedidos de uma limpeza. Para papéis não muito espessos, emprega-se o papel japonês ou similar, sem acidez e de baixa gramatura (10 a 20g/m²).

A cola indicada para reparos é a metil-celulose ou carboxi-metilcelulose, produto atóxico, incolor e inodoro.

Os papéis necessitam ser rasgados no sentido longitudinal das fibras, isto é, no sentido que se rompe com mais facilidade. Quando o papel é rasgado, em vez de cortado, as fibras se agregam melhor ao documento. Com um pincel, passa-se cola em pequena quantidade sobre o rasgo, e sobre ele cola-se o papel japonês, fixando com uma espátula de osso, com movimentos circulares para não a distender. Recomenda-se ainda usar um material não aderente sob a folha durante o tratamento. Pequenos pesos sobre um papel absorvente evitam a ondulação durante a secagem. Quando os papéis se encontram muito fragilizados e ácidos, não devem ser reparados sem antes terem sido submetidos a um tratamento completo de restauração.

Para colar folhas que se soltaram de encadernações, prepara-se uma tira de papel neutro de espessura semelhante e do mesmo sentido das fibras da folha, dobrando-a no sentido longitudinal. Uma parte da tira cola-se no verso da folha e outra na folha seguinte, presa ao livro. Recomenda-se evitar o uso de fitas adesivas pois danificam a estrutura do livro e são inadequadas para os reparos.

7 RECUPERAÇÃO DE ENCADERNAÇÕES

Lombadas rotas, soltas ou perdidas podem ser recuperadas de uma forma simples e ágil. Nesse caso, emprega-se tecido de brim de algodão da cor cáqui, não muito escuro, para evitar a atração dos insetos coleópteros, que buscam cores escuras para esconderijo.

O tecido, quando recebe o adesivo, se distende, dificultando o trabalho. Assim, optamos por reforçá-los com papel Kraft de 80g/m². Sobre uma mesa grande, revestida de laminado plástico rígido, corta-se um pedaço de tecido de dimensões pouco menores que as da folha do papel.

A seguir, molha-se o papel por imersão ou aspersão, espalhando-o com a parte mais lisa sobre a mesa. Retira-se o excesso de água e eventuais bolhas com ajuda de um rodo, uma espátula ou mesmo com a mão, sempre do centro para as margens da folha. Sobre o papel assim estendido, ainda molhado, aplica-se uma camada uniforme de cola – uma mistura em partes iguais de cola PVA e metilcelulose, esta última previamente diluída em água na consistência de viscosidade adequada (creme pastoso). Aplica-se então o tecido, que se distende com a umidade da cola. Acomoda-se o tecido, puxando do centro para as margens com cuidado, evitando a formação de bolhas e rugas. As margens do papel Kraft necessitam ser ainda presas à mesa com adesivo de metilcelulose, para garantir que se desprenda da mesa durante a secagem. Depois de seco, resulta um tecido reforçado e tencionado, excelente para o trabalho a que se destina.

Com uma tesoura dentada, corta-se uma tira nas dimensões aproximadas da lombada, de maneira que avance de 4 a 6 centímetros sobre as capas, para garantir fixação adequada. As extremidades dobram-se para a parte interior da lombada e das capas. A tesoura dentada impede que a tela desfie junto ao corte. Pode-se ainda conseguir bom acabamento com o revestimento da capa com o próprio Kraft ou outros papéis resistentes.

Internamente, quando as folhas de guarda se apresentam deterioradas e muito ácidas, podem ser substituídas por outras de papel neutro, folhas soltas ou rasgadas devem ser fixadas e reparadas.

A preservação dos documentos encadernados depende, em grande parte, da conservação de suas capas. Uma vez perdida esta proteção, as folhas ficam expostas a todo tipo de dano. Destarte, os documentos em bom estado merecem um cuidado especial para prevenir futuros danos.

Nas encadernações que apresentam somente danos externos, os reparos têm bons resultados. Entretanto, quando estes danos chegam à costura, é necessário o trabalho completo de reencadernação. Em muitos casos, quando os documentos possuem danos ou significativas fragilidades, não se recomenda este trabalho sem antes realizar a restauração.

8 CLIMATIZAÇÃO

O registro das condições climáticas no arquivo é fundamental para uma eficiente preservação de documentos. Avaliados os fatores climáticos exteriores durante as várias estações do ano, somados às informações sobre os efeitos do clima no interior do edifício, em função das características arquitetônicas, busca-se encontrar as soluções para garantir níveis de temperatura e umidade relativas estáveis, condizentes com as exigências estabelecidas para os materiais.

Para os documentos em papel, os parâmetros de temperatura recomendáveis se situam entre 20°C e 24°C e a umidade relativa do ar entre 50% a 60%. Estes calores podem oscilar, em períodos de 24 horas em 2 de temperatura e 10% de umidade relativa do ar. A adequação climática é conseguida de acordo com a avaliação das respectivas peculiaridades, por meio da simples aeração natural, ou artificialmente, empregando equipamento de refrigeração e de controle da umidade relativa do ar.

Os locais quentes e úmidos necessitam de um rigoroso controle desses parâmetros, não dispensando a ajuda de eficiente equipamento de refrigeração e desumidificadores (aparelhos eletromagnéticos capazes de modificar os índices de umidade relativa do ar). Condições ideais seriam aquelas em que se dispusesse de equipamentos de refrigeração independentes para as áreas de armazenamento de documentos e para as de uso das pessoas. Ao final do dia, seriam desligados somente os equipamentos das áreas de trabalho, mantendo as condições de temperaturas adequadas aos documentos. No entanto, essa prática exige investimento financeiro, muitas vezes não disponíveis nas instituições de ensino, principalmente nas de caráter público.

Para manter os níveis de umidade ideais, podem ser utilizados equipamentos portáteis de desumidificação, como os que o Arquivo Central da UFSC utiliza, disponíveis no comércio. Esses aparelhos necessitam ser regulados para a preservação dos acervos, considerando que as condições ideais de umidade relativa do ar variam para os seres humanos, ficando em torno de 50% a 60%. Algumas adaptações para o controle climático precisam ser observadas. Em locais muito úmidos, até mesmo a água usada na limpeza do piso pode causar alterações de umidade relativa do ar. Por outro lado, a temperatura aumenta com o funcionamento de máquinas em locais não apropriados; portanto, muita atenção ao controle climático.

9 CONTROLE DE POLUENTES

Além da temperatura e da umidade relativa do ar, é necessário controlar a pureza do ar, que contém poluentes constituídos de partículas, materiais gordurosos e gases de diferentes substâncias. A contaminação pode vir tanto do exterior quanto do interior do próprio edifício, de materiais de construção como cimento fresco, tintas e adesivos sintéticos, da fumaça do preparo de alimentos, do funcionamento de máquinas, de reagentes de laboratório, de produtos de limpeza e, finalmente, de dutos de ar, que podem concentrar sujeiras e micro-organismos.

Na rotina de limpeza de pisos, paredes, mobiliários e dutos de aeração, a purificação de ar no interior do edifício faz-se mediante a instalação de filtros para partículas sólidas e gases, adaptados aos sistemas de ventilação ou climatização. Os filtros simples são os que empregam mantas de fibra de vidro e outras malhas sintéticas que retêm somente as partículas sólidas e necessitam de manutenção, como limpeza e lavagem periódica. Quanto mais finos os filtros, mais eficientes e caros. É necessário trocá-los constantemente e exigir grande pressão para a passagem do ar.

Outra forma de impedir a penetração de pó e poluentes por abertura no edifício é aquela em que se eleva, por meio de sistemas de climatização ou refrigeradores de janelas, a pressão atmosférica interior, para que o movimento de ar se faça de dentro para fora.

10 METODOLOGIA

Conforme Marconi e Lakatos (2021) método é o conjunto de atividades sistemático e racionais, que permite com a maior segurança para alcançar objetivo da pesquisa.

A metodologia deste estudo é observacional, observação essa ocorrida nas práticas da disciplina CIN 7613 (Preservação e Conservação de Documentos), do curso de graduação em Arquivologia da UFSC, que visam propiciar aos estudantes situações de investigação e pensamento científico contextualizado, o que faz do processo de ensino e aprendizagem um momento lúdico e participativo. A disciplina é teórica e prática. Em relação à parceria com o AC/UFSC, são feitas as práticas desde 2010, quando o curso de Arquivologia iniciou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Esta pesquisa é também bibliográfica, exploratória e documental com abordagem qualitativa, e se faz de cunho eminentemente descritivo.

No AC/UFSC os alunos da disciplina realizam suas práticas conforme funciona o Arquivo, seu acervo, acondicionamento, climatização, higienização. Estes executam a higienização, limpeza com a trincha e pequenos retoques nas áreas danificadas dos documentos. As práticas são realizadas por duas turmas ao ano, semestralmente, com 15 a 20 alunos participantes, fazendo do AC/UFSC o laboratório do curso de Arquivologia. Há também outras disciplinas que lá exercem suas práticas, como disciplina CIN7153 (Descrição Arquivística).

Nestes 13 anos de atividades no AC/UFSC de intervenção curativa na documentação, é oportuno observar através dos processos técnicos desenvolvidos juntamente junto com a professora da disciplina, que os alunos têm noção e iniciação à preservação e conservação de documentos. Neste sentido, Bahia (2010) aborda o documento e seu valor como fonte de informação, os agentes físicos, químicos e biológicos de deterioração nos documentos e os respectivos meios de combate, a necessidade de preservação e conservação dos documentos, as qualidades da preservação e as fases da conservação.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que o Arquivo Central da UFSC vem desde a sua criação cumprindo com diretrizes na área do patrimônio documental. Esta questão fica explícita quando se constata que as técnicas arquivísticas estão sendo realizadas na entidade, além da elaboração de seus instrumentos de pesquisas e atendimentos aos pesquisadores, funcionários e Centros de Ensino com aplicação da tabela de temporalidade.

Revela-se positiva a experiência dos alunos com esse tipo de acervo, sob a responsabilidade de cuidado do Arquivo Central da UFSC, com seu quadro de funcionários composto por Arquivistas com incentivo à educação continuada, com mestrado e doutorado.

Em um mundo em rápida e permanente transformação, qual é o papel do Arquivo Central da UFSC? Como preservar fotografias, arquivos em suporte de papel e digitais, microfilme, onde a cópia tem o *status* de obra de arte? Como o AC/UFSC vai preservar a memória patrimonial da instituição se o excesso de informação ameaça abarrotar todos os bancos de dados? Entretanto, mesmo com todos esses desafios e problemáticas, durante estes 35 anos de percurso no Arquivo Central da UFSC foi possível perceber os avanços com relação ao patrimônio documental, como a Lei 8.159/1991, responsável pela Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Outro avanço foi a criação do Programa Memória do Mundo pela Unesco, em 1992, em que o AC/UFSC está cadastrado. O Registro Memória do Mundo tem como uma das suas finalidades reconhecer o patrimônio documental de significância internacional, regional e nacional.

Os desafios são muitos, porém não intimidaram os arquivistas do AC/UFSC sob coordenação de Ezmir Dippe Elias, que trabalhou em prol do AC/UFSC e se aposentou em 2022. Quero expressar a minha gratidão por me aceitar ministrar as disciplinas no AC/UFSC, meu muito obrigada. Agora, passando o legado à dra. arquivista Ana Paula Alves Soares, que está atuando desde 2022.

Vale lembrar alguns feitos vindos do AC/UFSC, como a criação da Comissão da Tabela de Temporalidade e seu desenvolvimento em toda a Universidade e as edições da Semana Nacional dos Arquivos, evento promovido pelo Arquivo Nacional-RJ do qual o AC/UFSC participa ativamente desde a 1ª edição. Neste 2023, será a 7ª Semana Nacional de Arquivos. Parabéns à equipe do Arquivo Central da UFSC, com o lançamento da Revista Arquivo em Perspectiva. Que para este Arquivo não haja fronteira.

Pretende-se que tenhamos colaborado com discussões e reflexões em torno da temática da preservação e conservação documental e patrimônio documental. Esperamos que os cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia ofereçam disciplinas nas quais o interessado possa se inscrever e participar, como aluno matriculado ou assistindo somente às aulas relevantes nessa área e fazendo estágio obrigatório ou estágio não-obrigatório no AC/UFSC; e que possa também apontar caminhos para TCC, mestrado e doutorado até então não explorados pela “memória social”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (Org.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 320p.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos; CORREA, Carlos Humberto P. Perfil de Jose Arthur Boiteux: um construtor da cultura catarinense. 1994. Vi, 198 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<https://bu.ufsc.br/teses/PHST0075-D.pdf>> Acesso em: 26 maio 2023.

BRASIL. Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em 28.maio.2023.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Apostila de processo de restauração e materiais utilizados**. Brasília: TST-CGEDM-SEMEP.21p. Disponível em <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/3328940/Apostila+-+Processo+de+Restaura%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 25 maio.2023.

CASSARES. Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e biblioteca**. São Paulo : Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000, p.15. Disponível em <[http://www.arqsp.org.br/arquivo/oficinas _colecão_como_fazer/cf5.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivo/oficinas/_colecão_como_fazer/cf5.pdf)> Acesso em 24.maio.2023.

CASTELO BRANCO, Zelina. **Encadernação: história e técnica**. São Paulo : Hucitec, 1978.

CASTRO, Jaime. **A arte de tratar o livro**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. [S.L.]: FIOCRUZ, 2003. Disponível em <<http://www.bibmanguinhos.cict.fiocruz.br/normasconservavao.pdf>>. Acesso em 25 maio.2023.>

CUSA, Juan de. **Como encuadernar um livro**. Barcelona: Ed. CEAC, 2013.

FIGUEIREDO, Nice. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: ABDF, 1979.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/Acesso> em 26 maio.2023.

OGDEN, Sherelyn; GARLICK, Karen. **Planejamento e prioridades**. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Cadernos 30 a 32. Disponível em <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/medida/CPBA%2030%20a%2032%20Planej%20e%20Prioridades.pdf>. Acesso em 27 maio.2023.

OGDEN, Sherelyn. **Procedimentos de conservação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Cadernos 10 a 12. Disponível em <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/CPBA_10_A_12_Conserva%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 26 maio.2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 9.ed. São Paulo : Atlas, 2021.

PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. **Manual de higienização de livros e documentos encadernados**. São Paulo :Hucitec, 2004.

SPINELLI JÚNIOR, Jaime. **Conservação de acervos bibliográficos e documentos**. Rio de Janeiro :Fundação Biblioteca Nacional, 1997.90p. Disponível em <www.bn.br/sites/default/files/documentos/producao/documento- tecnico/conservacao-acervos-bibliograficos- documentais//aconservacaoacervosbibliograficosedocumentais.pdf>. Acesso em 27 maio 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo : Polis, APB, 1989.

AGRADECIMENTOS

O sucesso deste projeto só foi possível graças à colaboração e confiança de pessoas que ajudaram a torná-lo realidade. Gostaria, portanto, de aproveitar este espaço para expressar meu reconhecimento a todos esses apoiadores.

Meus agradecimentos aos editores desta edição, por acreditar nesta nova empreitada e dedicar seu precioso tempo. O excelente trabalho realizado por vocês resultou na primeira edição de muitas outras que virão.guardo ansiosamente o futuro promissor que nos espera.

Estendo meus agradecimentos aos autores, cujas vivências enriquecem as páginas de nossa revista e oferecem um panorama diversificado de saberes e perspectivas. Minha gratidão por terem dedicado tempo e esforço para documentar suas experiências de maneira significativa, compartilhando *insights* valiosos que contribuem para a construção de conhecimento coletivo.

Gostaria ainda de expressar minha sincera gratidão à Imprensa Universitária, por seu generoso apoio e por ceder o material gráfico para o lançamento da Revista Acadêmica.

Ainda, gostaria de alongar nossos agradecimentos à Pró-Reitoria de Administração pelo apoio fornecido ao longo do processo de criação e manutenção de nossa revista. Agradecemos por sua constante disponibilidade, orientação e suporte administrativo, que têm nos permitido enfrentar os desafios com confiança e eficiência.

À Comissão Organizadora da 7ª Semana Nacional de Arquivos, pelo trabalho excepcional na organização deste evento, no qual a Revista está sendo lançada. O tema do evento "Arquivos: Territórios de Vidas" é uma abordagem inspiradora e significativa que destaca a importância dos arquivos na preservação e na compreensão da história e da cultura e das pessoas inseridas neste contexto.

Por fim, à você, leitor, por seu interesse na revista e por dedicar seu tempo para ler e explorar os artigos publicados. Vocês são a razão pela qual a revista existe e seu apoio contínuo é o que a impulsiona à melhoria.

Cordialmente,

Editora-chefe



Coordenadoria do Arquivo Central
Universidade Federal de Santa Catarina
Rua da Prefeitura Universitária, setor F
Campus Universitário João David Ferreira Lima
CEP 88040-900 – Córrego Grande
Florianópolis – SC, Brasil

Contato

<https://arquivocentral.ufsc.br>
arquivocentral@contato.ufsc.br
(48)3721-9676 | (48)3721-7243

